

**PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
EDITAL Nº 058/PMJ/2026**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jaru
Superintendência de Licitações e Contratos

OBJETO:

Registro de Preços visando a **AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS, PEÇAS E MATERIAIS NÁUTICOS.**

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 13.932,56 (treze mil, novecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **10/06/2026** às **09h10min.** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por **Lote**.

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

(x) Sim / () Não

EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

() Sim / (X) Não

EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA

() Sim / (X) Não

LOCAL DA DISPUTA

Site: www.licitanet.com.br

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO III – Ata de Registro de Preço;

ANEXO IV – Termo de Compromisso;

ANEXO V – Modelo de declaração para ME e EPP; e

ANEXO VI - Modelo de Declaração Negativa de Relação Familiar ou Parentesco; e

Sumário

1. DO OBJETO.....	
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	
6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE.....	
7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA.....	
8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA.....	
9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	
10. DO PAGAMENTO	
11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS.....	
12. DA FASE DE JULGAMENTO.....	
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	
14. DOS RECURSOS.....	
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	
16. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	
18. DO FORO.....	

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/PMJ/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7025/PMJ/2026
MENOR PREÇO POR LOTE****PREÂMBULO**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de **JARU/RO**, através do (a) Pregoeiro (a), designado pela Portaria nº 188, de 16 de abril de 2026, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, por meio do setor de Superintendência de Licitações e Contratos, sediado na Rua Raimundo Cantanhede, nº 1080 setor 02, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, formalizando em **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

CADASTRO DE PROPOSTAS INICIAIS:	Dia 27/05/2026, com início às 09h00min.
FIM DO CADASTRO DE PROPOSTAS:	Às 08h59min, do dia 10/06/2026.
ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS:	Dia 10/06/2026, com início às 09h00min.
INÍCIO DO PREGÃO:	Dia 10/06/2026, com início às 09h10min. (Horário de Brasília)

1. DO OBJETO

1.1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços visando a **AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS, PEÇAS E MATERIAIS NÁUTICOS**, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.2. A licitação será realizada por único **LOTE**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

TABELA DE PREÇOS MÉDIOS:

LOTE 1					
Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit	Vlr. Total
1	GUINCHO MANUAL TIPO CATRACA COM MANIVELA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 1.000 KG, em aço galvanizado ou com tratamento anticorrosivo, com sistema de trava de segurança, destinado ao recolhimento de embarcação em carretinha rodoviária. MARCA DE REFERÊNCIA Vonder, Worker, Sparta ou equivalente	4,00	UN	358,31	1.433,24
2	CINTA DE AMARRAÇÃO COM CATRACA METÁLICA REFORÇADA, largura mínima de 50 mm, comprimento mínimo de 6 metros, confeccionada em poliéster de alta resistência, com capacidade mínima de 1.500 kg (LC), com etiqueta permanente contendo identificação do fabricante, capacidade de carga e demais informações exigidas, conforme ABNT NBR 15883. MARCA DE REFERÊNCIA Vonder, Worker, Nove54 ou equivalente	6,00	UN	203,97	1.223,82
Valor Total: R\$ 2.657,06					

LOTE 2					
Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit	Vlr. Total
1	<p>CAPA DE PROTEÇÃO PARA MOTOR DE POPA ATÉ 15 HP, confeccionada em lona náutica em poliéster com revestimento em PVC ou material emborrachado equivalente, com no mínimo duas camadas, impermeável, resistente à exposição solar (raios UV), poeira e umidade. Compatível com motores com dimensões aproximadas de altura entre 85 e 110 cm, largura entre 35 e 60 cm e profundidade aproximada entre 20 e 35 cm, admitindo variação conforme fabricante e modelo. Dotada de sistema de fixação por elástico, cordão ajustável ou velcro, permitindo ajuste adequado ao motor. O material poderá ser forrado internamente ou possuir acabamento acolchoado, visando proteção contra riscos e impactos leves, sem prejuízo da impermeabilidade.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA Jogá Náutica, Ativa Náutica, Multicap Náutica ou equivalente</p>	4,00	UN	161,52	646,08
2	<p>CAPA DE PROTEÇÃO PARA MOTOR DE POPA ATÉ 30 HP, confeccionada em lona náutica em poliéster com revestimento em PVC ou material emborrachado equivalente, com no mínimo duas camadas, impermeável, resistente à exposição solar (raios UV), poeira e umidade. Compatível com motores com dimensões aproximadas de altura entre 50 e 70 cm, largura entre 25 e 40 cm e profundidade entre 20 e 35 cm, admitindo variação conforme fabricante e modelo. Dotada de sistema de fixação por elástico, cordão ajustável ou velcro, permitindo ajuste adequado ao motor. O material poderá ser forrado internamente ou possuir acabamento acolchoado, visando proteção contra riscos e impactos leves, sem prejuízo da impermeabilidade.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA Jogá Náutica, Ativa Náutica, Multicap Náutica ou equivalente</p>	4,00	UN	186,95	747,80
3	<p>CAPA DE PROTEÇÃO PARA EMBARCAÇÃO COM APROXIMADAMENTE 6 METROS de comprimento, confeccionada em lona náutica impermeável, com tratamento antifúngico e resistência a raios UV, dotada de sistema de ventilação ou respiro para evitar acúmulo de umidade.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA Jogá Náutica, Náutica Camuflada, Multicap Náutica ou equivalente</p>	4,00	UN	799,93	3.199,72
4	<p>BANCO GIRATÓRIO DOBRÁVEL PARA EMBARCAÇÃO, indicado para barcos de aproximadamente 5 a 6 metros, com estrutura em aço carbono com pintura eletrostática anticorrosiva ou alumínio naval, e assento em PVC náutico, courvin náutico ou material sintético impermeável com tratamento UV e antifúngico.</p> <p>Dimensões aproximadas do assento: largura</p>	10,00	UN	278,32	2.783,20

LOTE 2				
	entre 40 e 50 cm e profundidade entre 35 e 45 cm, admitindo variação conforme fabricante. Dotado de sistema de rotação de 360° e estrutura dobrável ou retrátil.			
	MARCA DE REFERÊNCIA Narciso Pesca, Riomar, Metalglass ou equivalente			
Valor Total: 7.376,80				

LOTE 3					
Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit	Vlr. Total
1	<p>ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO PARA MOTORES DE POPA 2 TEMPOS, atendendo ao padrão TC-W3 (NMMA), formulado com aditivos antioxidantes, anticorrosivos e antidesgaste, adequado para uso em motores refrigerados a água. Deverá proporcionar proteção contra oxidação, formação de depósitos e desgaste prematuro dos componentes internos do motor. Embalagem individual de 1 (um) litro, lacrada de fábrica, contendo identificação do fabricante, especificações técnicas e prazo de validade. O óleo lubrificante náutico deverá possuir, no momento da entrega, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade total informado pelo fabricante, contado a partir da data de fabricação.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA Brilub, Lubrax, Texaco Marine ou equivalente</p>	12,00	UN	82,74	992,88
2	<p>CARRINHO DESMONTÁVEL DESTINADO AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE MOTORES DE POPA DE ATÉ 30 HP, com estrutura em aço tubular de alta resistência (aproximadamente 7/8), dotado de acabamento anticorrosivo. Deverá ser equipado com duas rodas em polipropileno ou material equivalente, resistentes ao desgaste, bem como manoplas emborrachadas ou revestidas, visando melhor ergonomia no manuseio. O equipamento deverá possuir sistema desmontável por meio de parafusos ou dispositivo equivalente, permitindo montagem e desmontagem para fins de transporte e armazenamento. Deverá dispor de sistema de apoio firme para fixação do motor, garantindo estabilidade e segurança durante o transporte e armazenamento. Dimensões aproximadas do carrinho montado: comprimento de 60 cm, largura de 63 cm e altura de 102 cm, admitindo variações conforme fabricante, desde que não comprometam a funcionalidade, estabilidade e segurança do equipamento. A capacidade estrutural deverá ser compatível com o peso de motores de popa de até 30 HP, sem apresentar deformações ou falhas durante o uso normal. O produto deverá possuir garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA GR Carrinhos, Summer, Pesca Náutica ou equivalente</p>	2,00	UN	354,05	708,10

LOTE 3					
3	HÉLICE PARA MOTOR DE POPA 15 HP, em liga de alumínio naval, 3 pás, diâmetro aproximado 9 1/4 x passo 9, compatível com motores Hidea ou equivalente. A hélice deverá possuir sistema de fixação compatível com o eixo estriado dos motores de popa pertencentes à frota municipal, devendo o fornecedor garantir a plena compatibilidade com os modelos atualmente utilizados pela Secretaria. O produto deverá possuir garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração, não abrangendo danos decorrentes de uso inadequado, impactos ou desgaste natural. MARCA DE REFERÊNCIA Maranello, Sorabo, Solas ou equivalente	4,00	UN	204,75	819,00
4	HÉLICE PARA MOTOR DE POPA 30 HP, em liga de alumínio naval, 3 pás, diâmetro aproximado 9 7/8 x passo 12-F, compatível com motores Anmax ou equivalente. A hélice deverá possuir sistema de fixação compatível com o eixo estriado dos motores de popa pertencentes à frota municipal, devendo o fornecedor garantir a plena compatibilidade com os modelos atualmente utilizados pela Secretaria. O produto deverá possuir garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração, não abrangendo danos decorrentes de uso inadequado, impactos ou desgaste natural. MARCA DE REFERÊNCIA Maranello, Sorabo, Solas ou equivalente	4,00	UN	344,68	1.378,72
Valor Total: 3.898,70					

1.1.3. Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Site Eletrônico (www.licitanet.com.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. No(s) lote(s) em que há ampla concorrência, haverá critério de desempate nos termos do Art. 45, 3§, da Lei Complementar 123, onde a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão

2.6. Para o(s) lote(s) cujo valor seja de até 80.000,00, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2.6.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.7. Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2. e 2.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.2. e 2.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.1. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.2. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade das declarações exigidas no edital, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do **LOTE**;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Quanto as quantidades elencadas: não há possibilidade no ato do cadastro da proposta, de oferecer um quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se aos limites dela.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto

licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1%*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.1. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.2. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 4, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.22.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22.6. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Fornecer os materiais conforme as especificações, quantidades, marcas de referência ou equivalentes, padrões mínimos de qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta aceita e na respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.

6.2.2. Entregar os materiais no local indicado pela Administração, dentro do prazo estabelecido, arcando com todas as despesas necessárias ao fornecimento, inclusive transporte, embalagem, carga, descarga, seguros, tributos e demais custos incidentes.

6.1.3. Fornecer produtos novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de conservação, funcionamento e utilização, livres de defeitos, avarias, vícios, danos aparentes ou ocultos, e adequados à finalidade a que se destinam.

6.1.4. Garantir que os produtos ofertados como equivalentes ou superiores às marcas de referência atendam integralmente às especificações técnicas exigidas, apresentando, quando solicitado, catálogo, ficha técnica, manual, declaração do fabricante ou documento equivalente.

6.1.5. Responsabilizar-se pela compatibilidade das hélices, capas, acessórios e demais itens com os motores, embarcações e equipamentos indicados pela Administração, promovendo a substituição do item incompatível, quando constatada desconformidade, sem ônus para a Contratante.

6.1.6. Fornecer o óleo lubrificante náutico em embalagem original, lacrada, identificada pelo fabricante, com especificação técnica, tipo de aplicação, data de fabricação e prazo de validade, observando o prazo mínimo de validade remanescente exigido neste Termo de Referência.

6.1.7. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os materiais entregues em desacordo com as especificações, com defeitos, avarias, incompatibilidade técnica ou qualquer irregularidade constatada pela fiscalização, no prazo fixado pela Administração.

6.1.8. Comunicar à Contratante, por escrito, eventual impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, apresentando justificativa antes do vencimento do prazo, para análise da Administração.

6.1.9. Manter, durante o fornecimento, as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório, quando aplicável.

6.1.10. Responder pelos danos comprovadamente causados à Administração ou a terceiros em razão de defeito do produto, entrega inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas, nos limites da legislação aplicável.

6.1.11. Indicar e manter atualizado endereço eletrônico, telefone e número de WhatsApp institucional ou outro meio formal de contato, para recebimento de notificações, comunicações e solicitações relacionadas ao fornecimento.

6.1.12. Cumprir as normas legais, técnicas e de segurança aplicáveis aos produtos fornecidos, especialmente quanto à qualidade, identificação, embalagem, validade, transporte e garantia dos materiais.

6.1.13. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a administração de quaisquer ônus e responsabilidades;

6.1.14. A DETENTORA DA ATA deverá manter atualizado junto ao Gestor e às unidades contempladas, o endereço; Whatsapp; correio eletrônico; e nome do preposto com poder de decisão, durante a vigência da ata.

6.2. DA CONTRATANTE:

6.2.1. Proporcionar à Contratada as informações necessárias ao adequado fornecimento dos materiais, especialmente quanto ao local, horário de entrega e demais condições previstas neste Termo de Referência.

6.2.2. Receber os materiais provisoriamente, por meio do fiscal, responsável pelo almoxarifado ou comissão designada, para verificação inicial da conformidade com a Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, proposta apresentada e especificações constantes deste Termo de Referência.

6.2.3. Realizar a conferência dos materiais entregues, verificando quantidade, qualidade, compatibilidade, integridade, documentação técnica eventualmente exigida e atendimento às especificações previstas neste instrumento.

6.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações, com defeitos, avarias, incompatibilidade técnica, prazo de validade inferior ao exigido ou qualquer outra desconformidade que comprometa sua utilização.

6.2.5. Comunicar formalmente à Contratada eventuais falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas nos materiais entregues, fixando prazo razoável para substituição, correção ou regularização, sem ônus para a Administração.

6.2.6. Efetuar o recebimento definitivo dos materiais após a verificação de conformidade com as exigências deste Termo de Referência e da proposta aceita.

6.2.7. Efetuar o pagamento devido à Contratada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, a regular liquidação da despesa, a apresentação da documentação fiscal pertinente e a ordem cronológica de pagamentos.

6.2.8. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento, sem que isso exclua ou reduza a responsabilidade da Contratada pela qualidade, conformidade e adequação dos materiais fornecidos.

6.2.9. Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. DO PRAZO

7.1.1. O fornecimento e a entrega do objeto contratado deverão ser efetuados no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, aplicável às empresas sediadas dentro ou fora do Estado, contados a partir do recebimento da respectiva **Nota de Empenho ou do Instrumento Contratual**, se houver. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que a solicitação seja formalmente justificada pela contratada, analisada e expressamente aceita pela Administração, nos termos da legislação vigente e mediante comprovação da necessidade, sem prejuízo do interesse público

7.2. FORMA DE ENTREGA

7.2.1. Os materiais deverão ser entregues no **Almoxarifado Central da Prefeitura de Jaru**, localizado na **AV. Antelno Costa Fraga Nº 2283 Jardim Novo Estado, Linha 605 - CEP.: 76890-000 Jaru/RO**. Fone: (69) 3521 4730, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, respeitando sempre o período de almoço das 11h30min às 13h30min, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo Almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.3. O recebimento definitivo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento provisório.

7.3.4. Em caso de materiais que precisam ser substituídos, o prazo para recebimento definitivo só será computado após a substituição dos materiais e poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere-se à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

7.4.1. O material fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo

que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

7.4.2. Os materiais deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

7.4.3. COMPATIBILIDADE DAS HÉLICES COM OS MOTORES DE POPA

As hélices a serem fornecidas deverão ser plenamente compatíveis com os motores de popa pertencentes à frota municipal da SEMEAGRO, sendo:

- I - Motor de popa 15 HP, marca Hidea;
- II - Motor de popa 30 HP, marca Anmax.

As hélices deverão atender, no mínimo, às seguintes características técnicas:

- a) fabricação em material resistente adequado ao uso náutico (ex.: alumínio naval ou equivalente);
- b) configuração compatível com motores de popa de 3 pás;
- c) dimensões aproximadas de diâmetro e passo (pitch) conforme especificado no Termo de Referência;
- d) sistema de fixação compatível com o eixo do motor.

O fornecedor deverá garantir a plena compatibilidade das hélices com os motores indicados, responsabilizando-se integralmente pela substituição do item, sem ônus à Administração, caso seja constatada incompatibilidade no momento da instalação ou uso.

Para fins de aceitação, a Administração poderá exigir a apresentação de catálogo técnico, ficha do fabricante ou declaração formal de compatibilidade emitida pelo fornecedor.

A Administração poderá, ainda, realizar verificação prévia da compatibilidade antes do recebimento definitivo do material.

O não atendimento aos requisitos de compatibilidade implicará recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

7.4.4. CAPAS DE PROTEÇÃO PARA MOTORES E EMBARCAÇÃO

As capas de proteção a serem fornecidas deverão ser compatíveis com os motores de popa e embarcações pertencentes à frota municipal da SEMEAGRO, devendo atender às condições de uso em ambiente externo e exposição a intempéries.

I - Capas para motores de popa:

- a) deverão ser compatíveis com motores de popa de até 15 HP e até 30 HP, considerando as dimensões e formatos dos equipamentos utilizados pela Administração;
- b) deverão ser confeccionadas em lona náutica, poliéster com revestimento em PVC ou material equivalente, com características impermeáveis;
- c) deverão possuir resistência à exposição solar (raios UV), poeira e umidade;
- d) deverão dispor de sistema de fixação adequado, podendo ser por elástico, cordão ajustável, velcro ou mecanismo equivalente, que assegure ajuste firme ao equipamento;
- e) poderão apresentar variação dimensional, desde que não comprometam a funcionalidade, proteção e adequação ao uso;
- f) poderão possuir forro interno ou acabamento acolchoado, desde que mantida a impermeabilidade.

II - Capas para embarcação:

- a) deverão ser compatíveis com embarcações de aproximadamente 6 metros de comprimento;
- b) deverão ser confeccionadas em material impermeável, resistente a raios UV e com tratamento antifúngico;
- c) deverão possuir sistema de ventilação ou respiro, visando evitar acúmulo de umidade;
- d) deverão garantir proteção contra poeira, chuva e exposição solar.

O fornecedor deverá garantir a compatibilidade das capas com os equipamentos utilizados pela Administração, responsabilizando-se pela substituição dos itens que não se ajustarem adequadamente, sem ônus à Administração.

Para fins de aceitação, a Administração poderá exigir a apresentação de catálogo técnico, ficha do fabricante ou imagem do produto ofertado.

A não conformidade quanto à funcionalidade, ajuste ou qualidade do material implicará na recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

7.4.5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO

O óleo lubrificante náutico deverá ser fornecido em embalagem original do fabricante, devidamente lacrada, sem indícios de violação ou reenvase.

A embalagem deverá conter, de forma clara e legível:

- I - identificação do fabricante;
- II - especificação técnica do produto (inclusive padrão exigido, como TC-W3, quando aplicável);
- III - tipo e aplicação do óleo;
- IV - data de fabricação e prazo de validade.

O produto deverá possuir, no momento da entrega, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total de validade remanescente, contado a partir da data de fabricação.

Não serão aceitos produtos com embalagem danificada, violada, sem identificação adequada ou com prazo de validade inferior ao estabelecido.

A Administração poderá recusar o produto que não atenda às especificações técnicas ou que apresente indícios de adulteração, sendo o fornecedor responsável pela substituição, sem ônus, no prazo a ser definido.

O descumprimento das condições estabelecidas implicará na recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

7.5. DA FISCALIZAÇÃO

7.5.1. A fiscalização do recebimento do(s) material(is) adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competendo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

7.5.2. A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

7.5.3. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA

8.1. DO CONTRATO

8.1.1. O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

8.1.2. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, ou outro instrumento hábil, conforme a legislação aplicável, e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante.

8.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.4. A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da Ata de Registro de Preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

8.1.5. O reajuste ocorrerá de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado da contratação.

8.2. DA ASSINATURA DO CONTRATO

8.2.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.2.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

8.2.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 8.2.1 deste Edital.

8.2.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

8.2.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

8.3. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

8.3.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.3.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

8.3.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.3.5. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.3.6. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.4. DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.4.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **caput** deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 desta Lei](#) deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.4.2. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

8.4.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III - execução da garantia contratual para:
 - a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTO DE PREÇOS

9.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

9.1.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

9.1.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços e deverão ser observadas as seguintes condições:

- I - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatório, observado o disposto no inciso IV do art. 15;
- II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatório na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e
- III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

9.1.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

9.1.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

9.2. DA ASSINATURA DA ATA

9.2.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jaru, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.2.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.2.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.2.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.3. DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

9.3.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

9.3.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

9.3.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

9.3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

9.3.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.3.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.3.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

9.3.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

9.3.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

9.4. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

9.5. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO

9.5.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

10. DO PAGAMENTO

10.1.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

10.1.2. O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

10.1.3. A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

10.1.4. A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

10.1.5. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

10.1.6. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

10.1.7. Saneadas a irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

10.1.8. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

10.1.9. A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

10.2. DA LIQUIDAÇÃO

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido

Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

11.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

11.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21](#)

11.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

11.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

11.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

11.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

11.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

11.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

11.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

11.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

11.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.3.1 O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

11.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

12. DA FASE DE JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o (a) Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

12.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

12.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

12.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o (a) pregoeiro (a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1. e 3.6. deste edital.

12.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

12.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.7.1. contiver vícios insanáveis;

12.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do (a) pregoeiro (a), que comprove:

12.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

12.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

12.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

12.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

12.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. Na ausência do envio ou em caso de documento vencido: a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser consultada e obtida pela comissão de contratação, desde que a empresa envie, no momento da licitação destinado ao envio da documentação de habilitação, o comprovante do registro no SICAF. Essa consulta será RESTRITA ao SICAF, não sendo realizada de outros meios/sites.

13.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por digitalização, não sendo aceitos documentos ilegíveis.

13.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

13.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

13.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

13.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

13.9. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.9.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados pelo sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) HORAS ÚTEIS**, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a). Esse prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, **mediante solicitação devidamente justificada e sujeita à aprovação do(a) pregoeiro(a)**.

13.9.1.1. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 13.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

13.9.1.1.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

13.9.1.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.9.1.1.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

13.9.1.1.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

13.9.1.2. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

13.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

13.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

13.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.11.3. Conforme disposto no item 13.9.1. e seus subitens deste edital.

13.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.9.1.

13.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

13.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.17. Os (as) licitante(s) deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis. Relação de documentos para fins de habilitação.

13.18. Da Habilitação Jurídica:

a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

b) Ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração

social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social.

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) Cédula de identificação dos sócios (RG) e (CPF), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

e) Se a empresa se fizer representar por **PROCURADOR**, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

g) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

h) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

i) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#). Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.19. Da Regularidade Fiscal Social e Trabalhista;

- a)** Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos **FEDERAIS** e à Dívida Ativa da União.
- b)** Certidão Negativa de Tributos **ESTADUAIS**.
- c)** Certidão Negativa de Tributos **MUNICIPAIS**.
- d)** Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) do **FGTS**.
- e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do link www.tst.jus.br/certidao Lei 12.440 de 07 de julho de 2011. Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). § 2º Verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da **CNDT**.

13.19.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.19.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.19.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.20. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.20.1. A Lei 14133/21 não prevê apresentação de atestados para comprovação de qualificação técnica no caso de compras. A exigência aqui somente tem cabimento quando houver alguma atividade envolvida com o fornecimento do bem que justifique esse cuidado.

13.21. Da Qualificação Econômica e Financeira:

a) Certidão Negativa de **Falência, Concordata**, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida nadada de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de **90 (noventa) dias** corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

b.1) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

c1 - Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

c2 - Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

c3 - Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente – igual ou superior a 1

LG= Liquidez Geral – igual ou superior a 1

SG= Solvência Geral – igual ou superior a 1

d) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

e) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado **da parcela pertinente**.

f) **Em caso de participação da empresa FILIAL na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a MATRIZ: deverá ser apresentada DECLARAÇÃO de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da MATRIZ.**

13.22. Das Declarações:

a) **Termo de Compromisso** (declaração conjunta) (Anexo IV).

13.22.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

b) Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

c) Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

13.23. Da Aceitabilidade da Documentação de Habilitação

13.23.1. Os documentos enviados através da plataforma onde ocorrerá a licitação serão aceitos nos seguintes formatos, sendo de inteira responsabilidade da licitante a devida atenção ao formato no momento do envio:

13.23.1.1. **Formatos: ZIP, 7zip e rar (compactados), .rtf, .doc, .docx (MS Office), .xls e .xlsx. e .PDF (preferencialmente).**

13.23.2. Documentos não exigidos neste instrumento convocatório não serão verificados, bem como não serão utilizados para habilitação ou inabilitação do licitante.

13.22.3. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em tempo destinado ao ato, na plataforma onde ocorre a licitação, no prazo de **10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico no Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

15.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 15.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 15.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 15.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 15.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 15.2.1. Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 15.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 15.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 15.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:
- Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.
- Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- § 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:
- I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;
- II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:
- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.
- III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:
- a) der causa à inexecução total do contrato;

- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 15.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

15.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

15.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente no endereço eletrônico: supel@jaru.ro.gov.br, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O (a) PREGOEIRO (a) e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário de 07h30min às 11h30min, ou 13h30min às 17:30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sala da Superintendência de Licitações e Contratos, da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU – RO, localizada na Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 setor 02, ou pelo telefone (69) 9349-4710, para maiores esclarecimentos.

17.11. Outras informações inerentes ao objeto desta licitação poderão ser obtidas junto a Secretaria solicitante no mesmo expediente.

17.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, acessível em <https://doe.jaru.ro.gov.br/>, Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33_se_for_o_caso.

18. DO FORO

18.1. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da COMARCA DE JARU/RO, considerado aquele a que está vinculada a Administração Municipal e ao (a) PREGOEIRO (a), excluindo-se quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

Jaru – RO, 25 de maio de 2026.

Larissa Lorrainy Oliveira Gava
PREGOEIRO (A)

Elaborado por: Amanda Lorraine Gomes Mourão do Prado
Assessor (a) de Expediente de Licitações

ANEXO I**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU****TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS, visando a **AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS, PEÇAS E MATERIAIS NÁUTICOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO, pertencente a Prefeitura Municipal de Jaru-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

LOTE 1						
1	005.004.127	GUINCHO MANUAL TIPO CATRACA COM MANIVELA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 1.000 KG, em aço galvanizado ou com tratamento anticorrosivo, com sistema de trava de segurança, destinado ao recolhimento de embarcação em carretinha rodoviária. MARCA DE REFERÊNCIA Vonder, Worker, Sparta ou equivalente	4,00	UN	358,31	1.433,24
2	004.015.801	CINTA DE AMARRAÇÃO COM CATRACA METÁLICA REFORÇADA, largura mínima de 50 mm, comprimento mínimo de 6 metros, confeccionada em poliéster de alta resistência, com capacidade mínima de 1.500 kg (LC), com etiqueta permanente contendo identificação do fabricante, capacidade de carga e demais informações exigidas, conforme ABNT NBR 15883. MARCA DE REFERÊNCIA Vonder, Worker, Nove54 ou equivalente	6,00	UN	203,97	1.223,82
Valor Total: R\$ 2.657,06						

LOTE 2						
1	004.015.802	CAPA DE PROTEÇÃO PARA MOTOR DE POPA ATÉ 15 HP, confeccionada em lona náutica em poliéster com revestimento em PVC ou material emborrachado equivalente, com no mínimo duas camadas, impermeável, resistente à exposição solar (raios UV), poeira e umidade. Compatível com motores com dimensões aproximadas de altura entre 85 e 110 cm, largura entre 35 e 60 cm e profundidade aproximada entre 20 e 35 cm, admitindo variação conforme fabricante e modelo. Dotada de sistema de fixação por elástico, cordão ajustável ou velcro, permitindo ajuste adequado ao motor. O material poderá ser forrado internamente ou possuir acabamento acolchoado, visando proteção contra riscos e impactos leves, sem prejuízo da impermeabilidade. MARCA DE REFERÊNCIA Jogá Náutica, Ativa Náutica, Multicap Náutica ou equivalente	4,00	UN	161,52	646,08
2	004.015.803	CAPA DE PROTEÇÃO PARA MOTOR DE POPA ATÉ 30 HP, confeccionada em lona náutica em poliéster com	4,00	UN	186,95	747,80

		<p>revestimento em PVC ou material emborrachado equivalente, com no mínimo duas camadas, impermeável, resistente à exposição solar (raios UV), poeira e umidade.</p> <p>Compatível com motores com dimensões aproximadas de altura entre 50 e 70 cm, largura entre 25 e 40 cm e profundidade entre 20 e 35 cm, admitindo variação conforme fabricante e modelo. Dotada de sistema de fixação por elástico, cordão ajustável ou velcro, permitindo ajuste adequado ao motor. O material poderá ser forrado internamente ou possuir acabamento acolchoado, visando proteção contra riscos e impactos leves, sem prejuízo da impermeabilidade.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA Jogá Náutica, Ativa Náutica, Multicap Náutica ou equivalente</p>				
3	004.015.804	<p>CAPA DE PROTEÇÃO PARA EMBARCAÇÃO COM APROXIMADAMENTE 6 METROS de comprimento, confeccionada em lona náutica impermeável, com tratamento antifúngico e resistência a raios UV, dotada de sistema de ventilação ou respiro para evitar acúmulo de umidade.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA Jogá Náutica, Náutica Camuflada, Multicap Náutica ou equivalente</p>	4,00	UN	799,93	3.199,72
4	004.015.805	<p>BANCO GIRATÓRIO DOBRÁVEL PARA EMBARCAÇÃO, indicado para barcos de aproximadamente 5 a 6 metros, com estrutura em aço carbono com pintura eletrostática anticorrosiva ou alumínio naval, e assento em PVC náutico, courvin náutico ou material sintético impermeável com tratamento UV e antifúngico.</p> <p>Dimensões aproximadas do assento: largura entre 40 e 50 cm e profundidade entre 35 e 45 cm, admitindo variação conforme fabricante. Dotado de sistema de rotação de 360° e estrutura dobrável ou retrátil.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA Narciso Pesca, Riomar, Metalglass ou equivalente</p>	10,00	UN	278,32	2.783,20
Valor Total: 7.376,80						

LOTE 3						
1	004.015.806	<p>ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO PARA MOTORES DE POPA 2 TEMPOS, atendendo ao padrão TC-W3 (NMMA), formulado com aditivos antioxidantes, anticorrosivos e antidesgaste, adequado para uso em motores refrigerados a água. Deverá proporcionar proteção contra oxidação, formação de depósitos e desgaste prematuro dos componentes internos do motor. Embalagem individual de 1 (um) litro, lacrada de fábrica, contendo identificação do fabricante, especificações técnicas e prazo de validade. O óleo lubrificante náutico deverá possuir, no momento da entrega, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade total informado pelo fabricante, contado a partir da data de fabricação.</p>	12,00	UN	82,74	992,88

		MARCA DE REFERÊNCIA Brilub, Lubrax, Texaco Marine ou equivalente				
2	005.004.128	<p>CARRINHO DESMONTÁVEL DESTINADO AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE MOTORES DE POPA DE ATÉ 30 HP, com estrutura em aço tubular de alta resistência (aproximadamente 7/8), dotado de acabamento anticorrosivo. Deverá ser equipado com duas rodas em polipropileno ou material equivalente, resistentes ao desgaste, bem como manoplas emborrachadas ou revestidas, visando melhor ergonomia no manuseio. O equipamento deverá possuir sistema desmontável por meio de parafusos ou dispositivo equivalente, permitindo montagem e desmontagem para fins de transporte e armazenamento. Deverá dispor de sistema de apoio firme para fixação do motor, garantindo estabilidade e segurança durante o transporte e armazenamento. Dimensões aproximadas do carrinho montado: comprimento de 60 cm, largura de 63 cm e altura de 102 cm, admitindo variações conforme fabricante, desde que não comprometam a funcionalidade, estabilidade e segurança do equipamento. A capacidade estrutural deverá ser compatível com o peso de motores de popa de até 30 HP, sem apresentar deformações ou falhas durante o uso normal. O produto deverá possuir garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA GR Carrinhos, Summer, Pesca Náutica ou equivalente</p>	2,00	UN	354,05	708,10
3	004.015.807	<p>HÉLICE PARA MOTOR DE POPA 15 HP, em liga de alumínio naval, 3 pás, diâmetro aproximado 9 1/4 x passo 9, compatível com motores Hidea ou equivalente. A hélice deverá possuir sistema de fixação compatível com o eixo estriado dos motores de popa pertencentes à frota municipal, devendo o fornecedor garantir a plena compatibilidade com os modelos atualmente utilizados pela Secretaria. O produto deverá possuir garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração, não abrangendo danos decorrentes de uso inadequado, impactos ou desgaste natural.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA Maranello, Sorabo, Solas ou equivalente</p>	4,00	UN	204,75	819,00
4	004.015.808	<p>HÉLICE PARA MOTOR DE POPA 30 HP, em liga de alumínio naval, 3 pás, diâmetro aproximado 9 7/8 x passo 12-F, compatível com motores Anmax ou equivalente. A hélice deverá possuir sistema de fixação compatível com o eixo estriado dos motores de popa pertencentes à frota municipal, devendo o fornecedor garantir a plena compatibilidade com os modelos atualmente utilizados pela Secretaria. O produto deverá possuir garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do</p>	4,00	UN	344,68	1.378,72

		recebimento definitivo pela Administração, não abrangendo danos decorrentes de uso inadequado, impactos ou desgaste natural.				
		MARCA DE REFERÊNCIA Maranello, Sorabo, Solas ou equivalente				
Valor Total: 3.898,70						

Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas com referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

1.1. DA MARCAS DE REFERÊNCIA

As marcas eventualmente indicadas nas especificações dos itens possuem caráter meramente referencial, sendo utilizadas exclusivamente como parâmetro de qualidade, desempenho e padrão técnico, sem qualquer obrigatoriedade de fornecimento de marca específica.

A indicação de marcas fundamenta-se no **art. 41, inciso I, alínea d**, da Lei nº 14.133/2021, sendo adotada como forma de melhor caracterizar o objeto, mediante a utilização de referências de mercado amplamente reconhecidas, com o objetivo de assegurar a adequada compreensão das especificações técnicas e o padrão mínimo de qualidade esperado.

Não será exigido o fornecimento de marca específica, sendo admitida a oferta de produtos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

O fornecedor deverá comprovar a equivalência do produto ofertado por meio de catálogo técnico, ficha do fabricante, manual ou documentação equivalente, quando solicitado pela Administração.

A Administração poderá recusar produtos que, mesmo declarados equivalentes, não atendam aos requisitos técnicos, de qualidade, durabilidade ou desempenho adequado à finalidade pretendida, sendo o fornecedor responsável pela substituição do item, sem ônus.

O não atendimento às especificações técnicas implicará na recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

1.2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO POR LOTE

O parcelamento do objeto mostra-se tecnicamente adequado e recomendado, considerando a natureza distinta dos itens que compõem a contratação, os quais apresentam especificações próprias, finalidades diversas e cadeias de fornecimento diferenciadas. Nos termos do **art. 40, inciso V, alínea b**, da Lei nº 14.133/2021, o planejamento das compras deve observar o princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, de modo a ampliar a competitividade e favorecer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No caso concreto, a divisão do objeto em lotes permite agrupar itens com maior afinidade técnica, funcional e mercadológica, evitando a concentração indevida de bens heterogêneos em um único grupo. Essa medida possibilita a participação de fornecedores especializados em segmentos específicos, reduzindo barreiras de acesso ao certame e evitando que a disputa fique restrita a empresas que comercializem a totalidade dos itens, o que poderia limitar a competitividade.

Sob o aspecto técnico-operacional, o parcelamento contribui para maior eficiência na gestão contratual e na execução do objeto, uma vez que permite o fornecimento conforme a natureza, a demanda e a necessidade de cada grupo de itens. Além disso, reduz riscos relacionados à incompatibilidade técnica, à inadequação do fornecimento, à eventual ociosidade de materiais e à dificuldade de atendimento por fornecedores não especializados.

Adicionalmente, a adoção do parcelamento favorece a obtenção de propostas mais vantajosas, pois permite que os preços sejam formados de acordo com as particularidades de cada lote, refletindo de maneira mais adequada a realidade de mercado, os custos específicos de fornecimento e a especialização dos potenciais licitantes. Com isso, a Administração amplia a concorrência e aumenta a possibilidade de alcançar melhor relação custo-benefício.

Dessa forma, o parcelamento do objeto mostra-se devidamente justificado sob os aspectos técnico, econômico e operacional, encontrando amparo no **art. 40, inciso V, alínea b**, da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da eficiência, competitividade, economicidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, que regem as contratações públicas.

2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO

A estimativa de custo com a aquisição do presente objeto é de **R\$ 13.932,56 (treze mil, novecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme se extrai da pesquisa de mercado realizada através do Banco de Preços.

2.1. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Por se tratar de Registro de Preços, a pretendida aquisição visa atender as demandas da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO, pelo período de 12 (doze) meses.

No entanto, a Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, Art. 84, preconiza que o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na imperativa necessidade de garantir a segurança, proteção e conservação das embarcações, carretinhas rodoviárias e motores de popa pertencentes à **SEMEAGRO** (IDs 3492614, 3609002 e 3544743). A aquisição de materiais de fixação e capas de proteção é uma medida estratégica para salvaguardar o patrimônio público, uma vez que estes ativos são essenciais para a fiscalização ambiental no Rio Jaru e para o pronto atendimento da Defesa Civil em períodos de enchentes. A ausência de itens adequados para o transporte e acondicionamento desses bens expõe os equipamentos a danos estruturais durante o deslocamento rodoviário e à degradação acelerada causada por intempéries, o que compromete a prontidão operacional das equipes em situações de emergência e fiscalização.

Além das atividades de monitoramento e inspeção em áreas de preservação, a adequada equipagem das embarcações é indispensável para o suporte logístico a eventos institucionais e de fomento ao turismo sustentável, como o tradicional **Barco Cross**. A disponibilidade desses recursos em perfeitas condições de uso viabiliza ações de orientação sanitária e assistência às populações ribeirinhas, funcionando como um braço logístico fundamental para a segurança coletiva e para a proteção do ecossistema local. A estruturação proposta garante que a Administração Municipal disponha de meios eficientes para atuar de forma preventiva e corretiva, assegurando que o suporte náutico seja prestado com a agilidade e a segurança técnica exigidas pela dinâmica das ocorrências ambientais e sanitárias do município.

Sob a ótica da governança e responsabilidade fiscal, a aquisição justifica-se plenamente pelo princípio da economicidade, visando a extensão da vida útil dos motores e cascos através da mitigação do desgaste prematuro. O investimento em capas protetoras e sistemas de fixação robustos evita gastos vultosos e recorrentes com manutenções corretivas causadas por infiltrações, exposição solar excessiva ou impactos durante o transporte em carretas rodoviárias. Portanto, a medida configura uma ação de gestão patrimonial preventiva, destinada a evitar prejuízos ao erário e a assegurar a continuidade ininterrupta dos serviços de interesse público desenvolvidos pela SEMEAGRO, consolidando uma infraestrutura náutica resiliente e plenamente operacional para o exercício de **2026**.

3.2. ÓRGÃO PARTICIPANTE

- Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO.

3.3. DAS ESTIMATIVAS DE QUANTITATIVOS

A estimativa foi definida com base na necessidade de equipar integralmente as duas embarcações, duas carretinhas rodoviárias e dois motores de popa, (ID 3492614), (ID 3609002) e (ID 3544743), pertencentes à Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO.

Por se tratar da primeira aquisição desses materiais, não há histórico de consumo anterior que sirva de parâmetro comparativo. Dessa forma, a previsão foi dimensionada considerando a equipagem inicial completa dos bens, bem como a formação de reserva técnica proporcional e razoável, destinada a assegurar a continuidade do serviço público.

Para os itens de natureza permanente e sujeitos a desgaste acelerado - como guinchos, capas e cintas - foi prevista reserva técnica correspondente, em média, a 100% dos bens atualmente em uso, considerando a exposição contínua a intempéries (sol intenso, chuva, umidade e poeira), o transporte em estradas vicinais e o risco de avarias operacionais. A reserva visa permitir substituição imediata em caso de dano ou desgaste, evitando paralisação das atividades de fiscalização ambiental e de apoio emergencial à Defesa Civil, bem como prevenindo a necessidade de contratação emergencial futura.

No que se refere às cintas de amarração, o quantitativo considera a utilização simultânea de mais de uma unidade por embarcação durante o transporte rodoviário, além da necessidade de reposição periódica por se tratar de item diretamente relacionado à segurança da carga.

Quanto ao óleo lubrificante náutico, a estimativa foi calculada com base na utilização de dois motores de popa 2 tempos, considerando média de duas saídas mensais por embarcação durante o período de cheia do Rio Jaru, com consumo aproximado de 1 (um) litro por motor ao mês. A previsão anual contempla o consumo estimado para o período operacional, acrescido de margem de segurança destinada ao atendimento de situações emergenciais da Defesa Civil, eventuais ampliações de operação e prevenção de desabastecimento durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

A estimativa adotada observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e continuidade do serviço público, não caracterizando superdimensionamento, mas sim planejamento preventivo e gestão responsável do patrimônio público.

3.4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

Na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) temos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação dos bens demandados verificamos que estes:

1. são passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
2. possuem especificações usuais de mercado; e
3. possuem disponibilidade no mercado.

Logo, os bens a serem adquiridos classificam-se como sendo bens comuns.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução pretendida compreende o fornecimento de equipamentos de proteção e suporte náutico integrados ao ciclo de vida dos ativos da SEMEAGRO, iniciando-se pela aquisição de materiais de alta resistência e compatibilidade técnica com as embarcações e motores existentes. Durante a fase de utilização operacional, a solução atua na preservação contínua dos bens através de capas de proteção contra intempéries e sistemas de fixação que garantem a integridade física durante o transporte e armazenamento, prolongando significativamente a durabilidade mecânica e estética dos equipamentos. O ciclo encerra-se com a maximização do valor residual dos bens e a redução da necessidade de substituições precoces, garantindo que o patrimônio náutico municipal cumpra sua finalidade institucional com o menor custo de manutenção possível ao longo de toda a sua vida útil.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

O material fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

Os materiais deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

5.2. EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO

Poderão participar da licitação os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes no Edital e seus Anexos e estiverem habilitados para participação da mesma, desde que: desempenhe atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do Pregão; atenda aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos do Edital.

O não cumprimento dos prazos estabelecidos no edital e anexos poderá acarretar desclassificação da empresa.

5.3. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. FORMA DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues no **Almoxarifado Central da Prefeitura de Jaru**, localizado na **AV. Antelino Costa Fraga Nº 2283 Jardim Novo Estado, Linha 605 - CEP.: 76890-000 Jaru/RO**. Fone: (69) 3521 4730, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, respeitando sempre o período de almoço das 11h30min às 13h30min, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

6.2. PRAZO DE EXECUÇÃO

O fornecimento e a entrega do objeto contratado deverão ser efetuados no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, aplicável às empresas sediadas dentro ou fora do Estado, contados a partir do recebimento da respectiva **Nota de Empenho ou do Instrumento Contratual**, se houver. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que a solicitação seja formalmente justificada pela contratada, analisada e expressamente aceita pela Administração, nos termos da legislação vigente e mediante comprovação da necessidade, sem prejuízo do interesse público.

6.3. COMPATIBILIDADE DAS HÉLICES COM OS MOTORES DE POPA

As hélices a serem fornecidas deverão ser plenamente compatíveis com os motores de popa pertencentes à frota municipal da SEMEAGRO, sendo:

- I - Motor de popa 15 HP, marca Hidea;
- II - Motor de popa 30 HP, marca Anmax.

As hélices deverão atender, no mínimo, às seguintes características técnicas:

- a) fabricação em material resistente adequado ao uso náutico (ex.: alumínio naval ou equivalente);
- b) configuração compatível com motores de popa de 3 pás;
- c) dimensões aproximadas de diâmetro e passo (pitch) conforme especificado no Termo de Referência;
- d) sistema de fixação compatível com o eixo do motor.

O fornecedor deverá garantir a plena compatibilidade das hélices com os motores indicados, responsabilizando-se integralmente pela substituição do item, sem ônus à Administração, caso seja constatada incompatibilidade no momento da instalação ou uso.

Para fins de aceitação, a Administração poderá exigir a apresentação de catálogo técnico, ficha do fabricante ou declaração formal de compatibilidade emitida pelo fornecedor.

A Administração poderá, ainda, realizar verificação prévia da compatibilidade antes do recebimento definitivo do material.

O não atendimento aos requisitos de compatibilidade implicará recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

6.4. CAPAS DE PROTEÇÃO PARA MOTORES E EMBARCAÇÃO

As capas de proteção a serem fornecidas deverão ser compatíveis com os motores de popa e embarcações pertencentes à frota municipal da SEMEAGRO, devendo atender às condições de uso em ambiente externo e exposição a intempéries.

I - Capas para motores de popa:

- a) deverão ser compatíveis com motores de popa de até 15 HP e até 30 HP, considerando as dimensões e formatos dos equipamentos utilizados pela Administração;
- b) deverão ser confeccionadas em lona náutica, poliéster com revestimento em PVC ou material equivalente, com características impermeáveis;

- c) deverão possuir resistência à exposição solar (raios UV), poeira e umidade;
- d) deverão dispor de sistema de fixação adequado, podendo ser por elástico, cordão ajustável, velcro ou mecanismo equivalente, que assegure ajuste firme ao equipamento;
- e) poderão apresentar variação dimensional, desde que não comprometam a funcionalidade, proteção e adequação ao uso;
- f) poderão possuir forro interno ou acabamento acolchoado, desde que mantida a impermeabilidade.

II - Capas para embarcação:

- a) deverão ser compatíveis com embarcações de aproximadamente 6 metros de comprimento;
- b) deverão ser confeccionadas em material impermeável, resistente a raios UV e com tratamento antifúngico;
- c) deverão possuir sistema de ventilação ou respiro, visando evitar acúmulo de umidade;
- d) deverão garantir proteção contra poeira, chuva e exposição solar.

O fornecedor deverá garantir a compatibilidade das capas com os equipamentos utilizados pela Administração, responsabilizando-se pela substituição dos itens que não se ajustarem adequadamente, sem ônus à Administração.

Para fins de aceitação, a Administração poderá exigir a apresentação de catálogo técnico, ficha do fabricante ou imagem do produto ofertado.

A não conformidade quanto à funcionalidade, ajuste ou qualidade do material implicará na recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

6.5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO

O óleo lubrificante náutico deverá ser fornecido em embalagem original do fabricante, devidamente lacrada, sem indícios de violação ou reenvase.

A embalagem deverá conter, de forma clara e legível:

- I - identificação do fabricante;
- II - especificação técnica do produto (inclusive padrão exigido, como TC-W3, quando aplicável);
- III - tipo e aplicação do óleo;
- IV - data de fabricação e prazo de validade.

O produto deverá possuir, no momento da entrega, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total de validade remanescente, contado a partir da data de fabricação.

Não serão aceitos produtos com embalagem danificada, violada, sem identificação adequada ou com prazo de validade inferior ao estabelecido.

A Administração poderá recusar o produto que não atenda às especificações técnicas ou que apresente indícios de adulteração, sendo o fornecedor responsável pela substituição, sem ônus, no prazo a ser definido.

O descumprimento das condições estabelecidas implicará na recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

6.6. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do recebimento do(s) material(is) adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competendo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, ou outro instrumento hábil, conforme a legislação aplicável, e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da Ata de Registro de Preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

7.1. DA ASSINATURA DO CONTRATO

7.1.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

7.1.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

7.1.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 7.1.1 deste termo.

7.1.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

7.1.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.3. INDICAÇÃO DOS SERVIDORES QUE EXERCERÃO A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Para fins de instrução processual e em cumprimento ao disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em atendimento às orientações da Controladoria - Geral do Município (ID 3693828) quanto à necessidade de designação de equipe de fiscalização para a formalização de instrumentos contratuais, informo que serão indicados os servidores abaixo para Gestor e Fiscal:

- **Gestor:** Niely Cunha Mares, Matrícula nº 20045
- **Fiscal:** Kênnidy Gomes Felix, Matrícula nº 20327
- **Suplente:** Silvane Nascimento Cavalcante de Moraes, Matrícula nº 17623

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo Almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento provisório.

Em caso de materiais que precisam ser substituídos, o prazo para recebimento definitivo só será computado após a substituição dos materiais e poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere-se à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência

de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal.

Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, e a forma de adjudicação será por **LOTE**.

9.2. DA PREVISÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPATES

No(s) lote(s) em que há ampla concorrência, haverá critério de desempate nos termos do Art. 45, 3º, da Lei Complementar 123, onde a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

9.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente igual ou superior a
LG= Liquidez Geral igual ou superior a
SG= Solvência Geral igual ou superior a

Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

Em caso de participação da empresa FILIAL na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a MATRIZ: deverá ser apresentada DECLARAÇÃO de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da MATRIZ.

DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Lei 14133/21 não prevê apresentação de atestados para comprovação de qualificação técnica no caso de compras. A exigência aqui somente tem cabimento quando houver alguma atividade envolvida com o fornecimento do bem que justifique esse cuidado.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

11. DEVERES DA CONTRATANTE

11.1. Proporcionar à Contratada as informações necessárias ao adequado fornecimento dos materiais, especialmente quanto ao local, horário de entrega e demais condições previstas neste Termo de Referência.

11.2. Receber os materiais provisoriamente, por meio do fiscal, responsável pelo almoxarifado ou comissão designada, para verificação inicial da conformidade com a Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, proposta apresentada e especificações constantes deste Termo de Referência.

11.3. Realizar a conferência dos materiais entregues, verificando quantidade, qualidade, compatibilidade, integridade, documentação técnica eventualmente exigida e atendimento às especificações previstas neste instrumento.

11.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações, com defeitos, avarias, incompatibilidade técnica, prazo de validade inferior ao exigido ou qualquer outra desconformidade que comprometa sua utilização.

11.5. Comunicar formalmente à Contratada eventuais falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas nos materiais entregues, fixando prazo razoável para substituição, correção ou regularização, sem ônus para a Administração.

11.6. Efetuar o recebimento definitivo dos materiais após a verificação de conformidade com as exigências deste Termo de Referência e da proposta aceita.

11.7. Efetuar o pagamento devido à Contratada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, a regular liquidação da despesa, a apresentação da documentação fiscal pertinente e a ordem cronológica de pagamentos.

11.8. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento, sem que isso exclua ou reduza a responsabilidade da Contratada pela qualidade, conformidade e adequação dos materiais fornecidos.

11.9. Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12. DEVERES DA CONTRATADA

12.1. Fornecer os materiais conforme as especificações, quantidades, marcas de referência ou equivalentes, padrões mínimos de qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta aceita e na respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.

12.2. Entregar os materiais no local indicado pela Administração, dentro do prazo estabelecido, arcando com todas as despesas necessárias ao fornecimento, inclusive transporte, embalagem, carga, descarga, seguros, tributos e demais custos incidentes.

12.3. Fornecer produtos novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de conservação, funcionamento e utilização, livres de defeitos, avarias, vícios, danos aparentes ou ocultos, e adequados à finalidade a que se destinam.

12.4. Garantir que os produtos ofertados como equivalentes ou superiores às marcas de referência atendam integralmente às especificações técnicas exigidas, apresentando, quando solicitado, catálogo, ficha técnica, manual, declaração do fabricante ou documento equivalente.

12.5. Responsabilizar-se pela compatibilidade das hélices, capas, acessórios e demais itens com os motores, embarcações e equipamentos indicados pela Administração, promovendo a substituição do item incompatível, quando constatada desconformidade, sem ônus para a Contratante.

12.6. Fornecer o óleo lubrificante náutico em embalagem original, lacrada, identificada pelo fabricante, com especificação técnica, tipo de aplicação, data de fabricação e prazo de validade, observando o prazo mínimo de validade remanescente exigido neste Termo de Referência.

12.7. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os materiais entregues em desacordo com as especificações, com defeitos, avarias, incompatibilidade técnica ou qualquer irregularidade constatada pela fiscalização, no prazo fixado pela Administração.

12.8. Comunicar à Contratante, por escrito, eventual impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, apresentando justificativa antes do vencimento do prazo, para análise da Administração.

12.9. Manter, durante o fornecimento, as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório, quando aplicável.

12.10. Responder pelos danos comprovadamente causados à Administração ou a terceiros em razão de defeito do produto, entrega inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas, nos limites da legislação aplicável.

12.11. Indicar e manter atualizado endereço eletrônico, telefone e número de WhatsApp institucional ou outro meio formal de contato, para recebimento de notificações, comunicações e solicitações relacionadas ao fornecimento.

12.12. Cumprir as normas legais, técnicas e de segurança aplicáveis aos produtos fornecidos, especialmente quanto à qualidade, identificação, embalagem, validade, transporte e garantia dos materiais.

12.13. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a administração de quaisquer ônus e responsabilidades;

12.14. A DETENTORA DA ATA deverá manter atualizado junto ao Gestor e às unidades contempladas, o endereço; Whatsapp; correio eletrônico; e nome do preposto com poder de decisão, durante a vigência da ata.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- 13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 13.2.1. Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
13.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.6. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 13.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
13.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; 13.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
13.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.11. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

14. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, há necessidade de aquisições frequentes, conforme estatui o art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de aquisições frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

16. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

17.1. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
- IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18. ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA

Nas especificações deste Termo de Referência, foram extraídos os preços através de pesquisa realizada através do Banco de Preços.

19. QUAIS OBJETIVOS E AÇÕES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A CONTRATAÇÃO ESTÁ ALINHADA?

A contratação dos materiais está alinhada com Gestão Transparente e Eficiente: Garantir uma gestão baseada em valores éticos, com planejamento e políticas integradas e articuladas, métodos e instrumentos eficazes e foco em resultados, assegurando uma efetiva participação da sociedade na construção, execução, monitoramento e avaliação das ações e dos projetos de governo.

20. DAS SOLUÇÕES ADOTADAS PARA MITIGAÇÃO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Em observância ao Mapa de Riscos da contratação, a Administração identificou os principais eventos capazes de comprometer a adequada execução do objeto e incorporou, no presente Termo de Referência e nos demais atos do processo, as medidas necessárias à sua mitigação. O tratamento dos riscos foi estruturado de forma compatível com a natureza da contratação, voltada à aquisição de acessórios, peças e materiais náuticos destinados ao transporte, à proteção, à conservação e à manutenção das embarcações, carretinhas rodoviárias e motores de popa vinculados à SEMEAGRO, contemplando as fases de planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual.

Na fase de planejamento, o processo passou a enfrentar os riscos relacionados à definição das especificações técnicas, à compatibilidade dos itens com os bens já existentes, à estimativa dos quantitativos, à pesquisa de preços, ao parcelamento do objeto e à utilização de marcas de referência. O Termo de Referência já apresenta descrição individualizada dos lotes e itens, com parâmetros mínimos de capacidade, dimensões, resistência, acabamento, proteção contra intempéries e desempenho esperado, além de registrar que as marcas indicadas possuem caráter meramente referencial, admitindo produtos equivalentes ou superiores. Também foram incorporadas justificativas para o parcelamento por afinidade técnica e funcional, para a formação da estimativa de demanda a partir da equipagem das duas embarcações, carretinhas e motores, bem como para a necessidade superveniente da contratação, reduzindo riscos de inadequação técnica, restrição indevida da competitividade, sobrepreço, subpreço e insuficiência de planejamento.

Na fase de seleção do fornecedor, foram previstas medidas destinadas a assegurar a escolha de proposta compatível com as exigências técnicas e operacionais da contratação, sem prejuízo da competitividade do certame. O processo passou a contemplar a necessidade de comprovação de equivalência técnica dos produtos ofertados, mediante catálogo, ficha do fabricante, manual, imagem ou documentação equivalente, quando cabível, especialmente para itens sensíveis como hélices, capas, guinchos, cintas e óleo lubrificante. Houve, ainda, tratamento específico dos riscos de proposta inexecutável, de oferta de item incompatível com a qualidade mínima exigida, de baixa capacidade de fornecimento no prazo contratual e de questionamentos decorrentes do uso de marcas de referência, mediante previsão de análise técnica, conferência das dimensões, capacidades, validade, garantia e compatibilidade dos itens ofertados com a frota municipal.

Na execução contratual, o Termo de Referência já incorporou mecanismos de controle aptos a mitigar os riscos de atraso na entrega, fornecimento de materiais incompatíveis ou com resistência insuficiente ao uso náutico, falha de guinchos e cintas durante o transporte das embarcações, entrega de óleo lubrificante com especificação inadequada ou validade

insuficiente e fornecimento de hélices incompatíveis com os motores da frota. O instrumento prevê entrega no Almoarifado Central no prazo máximo de 20 dias corridos, fiscalização do recebimento, conferência das especificações, possibilidade de recusa total ou parcial dos itens em desacordo e substituição sem ônus à Administração. Também foram previstas cláusulas específicas quanto à compatibilidade das hélices com os motores Hidea 15 HP e Anmax 30 HP, às condições mínimas das capas de proteção, ao fornecimento do óleo náutico em embalagem original e lacrada, com padrão técnico exigido e no mínimo 75% do prazo de validade remanescente, bem como ao dever da contratada de substituir itens incompatíveis, defeituosos ou inadequados ao uso.

Além disso, o processo tratou expressamente os riscos relacionados à fiscalização, ao recebimento provisório e definitivo, ao aceite e à responsabilização do fornecedor, prevenindo a incorporação de materiais inadequados ao patrimônio público. O Termo de Referência prevê acompanhamento por gestor, fiscal e suplente, conferência técnica e administrativa dos materiais, rejeição de itens desconformes, anotação de ocorrências, notificação para correção de falhas e condicionamento do pagamento ao regular adimplemento das obrigações assumidas. Registra-se, assim, que os riscos mapeados para a presente contratação não foram apenas identificados, mas devidamente tratados por medidas preventivas, de controle e de resposta já incorporadas ao Termo de Referência e ao processo administrativo, conferindo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e proteção ao interesse público.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvidas no objeto da presente contratação, contidas nas legislações correlatas.

As partes contratantes elegem o foro de Jaru/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jaru/RO, 7 de maio de 2026.

CLEVERSON BARBOSA

Secretária Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente

Elaborado por:
WALACE DEIVID ALVES ARCELINO
ASSESSOR DE EXPEDIENTE DE COMPRAS

**APÊNDICE DO ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU**

Estudo Técnico Preliminar 134/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 1-7025/2026

2. Descrição da necessidade

A presente contratação decorre da necessidade da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente — SEMEAGRO de equipar adequadamente as embarcações, carretinhas rodoviárias e motores de popa utilizados nas ações institucionais da Secretaria, especialmente nas atividades de fiscalização ambiental no Rio Jaru, apoio à Defesa Civil Municipal em períodos de enchentes, monitoramento ambiental, suporte a ocorrências em áreas ribeirinhas e participação em eventos institucionais.

Os bens atualmente utilizados pela Secretaria demandam acessórios e materiais específicos para garantir segurança no transporte, proteção contra intempéries, conservação dos motores e embarcações, manutenção mecânica básica e melhor operacionalidade durante o uso. A ausência desses itens pode comprometer a segurança das equipes, aumentar o risco de avarias, reduzir a vida útil dos equipamentos públicos e prejudicar a continuidade das atividades ambientais e emergenciais desenvolvidas pelo Município.

Dessa forma, a aquisição mostra-se necessária para assegurar melhores condições de transporte, acondicionamento, proteção, manutenção e utilização das embarcações e motores pertencentes à SEMEAGRO, promovendo maior eficiência operacional, preservação do patrimônio público, redução de custos futuros com manutenção corretiva e continuidade dos serviços de interesse coletivo.

3. Área requisitante

Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO

Responsável

CLEVERSON BARBOSA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

FA contratação deverá observar a necessidade previamente identificada pela SEMEAGRO, consistente na aquisição de acessórios, equipamentos e materiais destinados ao transporte, proteção, conservação, manutenção e utilização das embarcações, carretinhas rodoviárias e motores de popa pertencentes à Secretaria. Os itens deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes no PMS nº 47/2026, especialmente quanto à capacidade de carga, resistência a intempéries, compatibilidade com os motores e embarcações, materiais de fabricação, dimensões mínimas, garantia e condições de segurança.

Os materiais deverão ser novos, sem uso, entregues em perfeitas condições de funcionamento e compatíveis com o uso em ambiente externo, exposição ao sol, umidade, poeira e transporte em estradas vicinais. Para os itens como guinchos, cintas, capas, bancos, carrinhos, hélices e óleo lubrificante náutico, deverão ser observadas as características mínimas indicadas, admitindo-se produtos equivalentes ou superiores às marcas de referência, desde que comprovem desempenho, qualidade e compatibilidade com a finalidade pretendida.

A empresa contratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, previdenciária e trabalhista, além de demonstrar capacidade de fornecimento dos itens dentro do prazo e nas condições estabelecidas. Quando necessário, a Administração poderá solicitar catálogo técnico, ficha do fabricante, manual, imagem do produto ou documentação complementar para verificar a compatibilidade dos materiais ofertados, especialmente quanto às capas de proteção, bancos náuticos, hélices e demais itens que dependam de adequação aos equipamentos pertencentes à frota municipal.

A entrega deverá ocorrer no Almoxarifado Central da Prefeitura de Jaru, em horário comercial, no prazo máximo de **20 dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho, cabendo à contratada arcar com despesas de transporte, seguros, tributos e demais encargos decorrentes do fornecimento. Os materiais deverão possuir garantia mínima de **6 meses** contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo da recusa de itens incompatíveis, danificados, em desacordo com as especificações ou que não atendam à finalidade pública pretendida.

5. Levantamento de Mercado

Para atendimento da necessidade identificada, foram analisadas alternativas disponíveis no mercado para aquisição de acessórios, equipamentos e materiais destinados ao transporte, proteção, conservação, manutenção e utilização das embarcações, carretinhas rodoviárias e motores de popa pertencentes à SEMEAGRO. Os itens pretendidos compreendem produtos usualmente comercializados por fornecedores dos segmentos náutico, ferragens, ferramentas, lubrificantes, acessórios para transporte e manutenção de motores de popa, com possibilidade de fornecimento por empresas especializadas ou revendedoras que atuem nesses ramos.

Foram consideradas como alternativas a manutenção dos equipamentos sem a aquisição dos acessórios, a substituição corretiva apenas quando houver dano e a aquisição planejada dos materiais necessários à proteção, segurança e conservação dos bens. A primeira alternativa não se mostra adequada, pois mantém o risco de avarias, desgaste prematuro e insegurança no transporte das embarcações. A substituição apenas após o dano também não se mostra eficiente, pois pode gerar paralisação das atividades, maior custo corretivo e prejuízo às ações de fiscalização ambiental, apoio à Defesa Civil e demais atividades institucionais.

A aquisição planejada dos itens mostra-se a solução mais adequada, pois permite equipar as embarcações, carretinhas e motores com materiais compatíveis com suas finalidades, tais como guinchos, cintas de amarração, capas de proteção, bancos náuticos, óleo lubrificante, carrinho para transporte de motor e hélices de reposição. A divisão dos itens conforme sua natureza técnica também favorece a competitividade, pois possibilita a participação de fornecedores especializados em cada segmento, sem exigir que uma única empresa comercialize todos os produtos.

No mercado, há disponibilidade de produtos equivalentes aos padrões indicados no PMS, sendo admitidos materiais de marcas diversas, desde que atendam às especificações mínimas de qualidade, resistência, capacidade, compatibilidade e garantia. Dessa forma, a solução escolhida apresenta viabilidade técnica e comercial, permite ampla competição entre fornecedores e atende à necessidade da Administração de preservar o patrimônio público, garantir segurança operacional e assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas pela SEMEAGRO.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição de acessórios, equipamentos e materiais destinados ao transporte, proteção, conservação, manutenção e utilização das duas embarcações, duas carretinhas rodoviárias e dois motores de popa pertencentes à Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente — SEMEAGRO. Os itens serão utilizados nas ações de fiscalização ambiental, apoio à Defesa Civil Municipal, monitoramento ambiental, suporte a ocorrências em áreas ribeirinhas e demais atividades institucionais vinculadas à Secretaria.

A contratação contempla itens organizados conforme sua natureza técnica, abrangendo acessórios para transporte de embarcações, como guinchos manuais e cintas de amarração; itens de proteção e conforto náutico, como capas para motores, capas para embarcação e bancos giratórios dobráveis; e itens de manutenção e mecânica náutica, como óleo lubrificante, carrinho desmontável para motor de popa e hélices compatíveis com os motores utilizados pela frota municipal.

Os materiais deverão ser novos, sem uso, entregues em perfeitas condições, com qualidade compatível com uso em ambiente externo, resistência à exposição solar, umidade, poeira, transporte em estradas vicinais e demais condições operacionais próprias das atividades desempenhadas pela SEMEAGRO. A entrega deverá ocorrer no Almoxarifado Central da Prefeitura de Jaru, no prazo máximo de 20 dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho, cabendo à contratada assumir os custos de transporte, seguros, tributos e demais encargos decorrentes do fornecimento.

A solução mostra-se adequada por permitir a equipagem mínima e a formação de reserva técnica proporcional dos bens utilizados pela Secretaria, reduzindo riscos de paralisação das atividades, danos aos motores e embarcações, insegurança no transporte e aumento de custos com manutenção corretiva. Com a aquisição, espera-se garantir maior segurança operacional, conservação do patrimônio público, continuidade das ações ambientais e emergenciais e melhor eficiência na utilização dos equipamentos náuticos sob responsabilidade da SEMEAGRO.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa dos quantitativos foi definida com base na necessidade de equipar integralmente as duas embarcações, duas carretinhas rodoviárias e dois motores de popa pertencentes à Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio

Ambiente — SEMEAGRO, utilizados nas ações institucionais de fiscalização ambiental, apoio à Defesa Civil, monitoramento ambiental e demais atividades operacionais da Secretaria.

Por se tratar da primeira aquisição desses materiais, não há histórico de consumo anterior que possa servir como parâmetro comparativo. Assim, os quantitativos foram dimensionados considerando a equipagem inicial dos bens existentes, bem como a formação de reserva técnica proporcional e razoável, destinada a permitir substituições em caso de desgaste, dano ou avaria operacional, especialmente em razão da exposição dos equipamentos a sol, chuva, umidade, poeira e transporte em estradas vicinais.

No caso dos itens sujeitos a desgaste ou avaria, como guinchos, capas e cintas, foi prevista reserva técnica compatível com os bens atualmente em uso, a fim de evitar paralisação das atividades e reduzir o risco de contratações emergenciais futuras. Para as cintas de amarração, o quantitativo considera a utilização simultânea de mais de uma unidade por embarcação durante o transporte rodoviário, por se tratar de item diretamente relacionado à segurança da carga.

Quanto ao óleo lubrificante náutico, a estimativa considerou a utilização de dois motores de popa 2 tempos, com média de duas saídas mensais por embarcação durante o período de cheia do Rio Jaru, prevendo consumo aproximado de 1 litro por motor ao mês, acrescido de margem de segurança para situações emergenciais, eventuais ampliações de operação e prevenção de desabastecimento.

Lote	Item	Descrição resumida	Unidade	Quantidade
01	1	Guincho manual tipo catraca com manivela, capacidade mínima de 1.000kg	UN	04
01	2	Cinta de amarração com catraca metálica reforçada	UN	06
02	3	Capa de proteção para motor de popa até 15HP	UN	04
02	4	Capa de proteção para motor de popa até 30HP	UN	04
02	5	Capa de proteção para embarcação com aproximadamente 6 metros	UN	04
02	6	Banco giratório dobrável para embarcação	UN	10
03	7	Óleo lubrificante náutico para motores de popa 2 tempos	UN	12
03	8	Carrinho desmontável para transporte e armazenamento de motor de popa até 30HP	UN	02
03	9	Hélice para motor de popa 15HP	UN	04
03	10	Hélice para motor de popa 30HP	UN	04

Dessa forma, os quantitativos estimados mostram-se compatíveis com a necessidade operacional da SEMEAGRO, observando critérios de razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e continuidade do serviço público, sem caracterizar superdimensionamento, mas sim planejamento preventivo para preservação do patrimônio público e manutenção das atividades institucionais.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor(R\$): 13.932,56

De acordo com as cotações realizadas pelo Departamento de Gestão de Preços, o valor total estimado da aquisição é de R\$ 13.932,56 (Treze mil, novecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

Lote01: R\$ 2.657,06

Lote02: R\$ 7.376,80

Lote03: R\$ 3.898,70

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a natureza do objeto, verifica-se que a solução admite parcelamento por **lotes**, tendo em vista que os itens pretendidos possuem finalidades, especificações técnicas e segmentos de mercado distintos. O PMS organiza os materiais em três grupos: acessórios para transporte de embarcações, proteção e conforto náutico, e manutenção/mecânica náutica, demonstrando que os itens não possuem a mesma natureza comercial e podem ser fornecidos por empresas especializadas em diferentes ramos de atuação.

O parcelamento mostra-se adequado porque amplia a competitividade, permitindo a participação de fornecedores que atuem apenas em determinados segmentos, como acessórios náuticos, ferragens, lubrificantes, capas de proteção, bancos, hélices ou equipamentos de transporte. Dessa forma, evita-se restringir o certame a empresas que comercializem todos os itens, favorecendo maior disputa e a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

Além disso, a divisão por lotes contribui para melhor gestão da contratação, pois permite que os itens sejam adquiridos conforme sua natureza técnica, compatibilidade, finalidade de uso e necessidade da SEMEAGRO. Assim, justifica-se o parcelamento da solução em lotes, por ser medida compatível com a eficiência, economicidade, competitividade e adequada organização do fornecimento, sem prejuízo à finalidade pública pretendida.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução da presente solução, considerando que os itens pretendidos — guinchos, cintas de amarração, capas de proteção, bancos náuticos, óleo lubrificante, carrinho para motor de popa e hélices — podem ser adquiridos de forma autônoma, conforme especificações técnicas definidas no PMS nº 47/2026, sem depender de contratação complementar para sua utilização imediata pela SEMEAGRO.

Caso sejam identificadas futuras necessidades relacionadas à manutenção especializada dos motores, reparos nas embarcações, adequação das carretinhas rodoviárias ou substituição de peças não contempladas no presente objeto, estas deverão ser avaliadas em procedimento próprio, sem prejuízo da presente contratação, que se mostra suficiente para atender à necessidade imediata de proteção, transporte, conservação e apoio operacional dos bens atualmente utilizados pela Secretaria.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Após análise do Plano de Contratações Anual — PCA, verificou-se que a contratação referente à aquisição de acessórios, equipamentos e materiais destinados ao transporte, proteção, conservação, manutenção e utilização das embarcações, carretinhas rodoviárias e motores de popa da SEMEAGRO não consta no referido instrumento de planejamento.

Embora a demanda não esteja previamente contemplada no PCA, a contratação demonstra alinhamento com as necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente — SEMEAGRO, especialmente quanto à continuidade das ações de fiscalização ambiental, apoio à Defesa Civil Municipal em períodos de enchentes, monitoramento ambiental, suporte a ocorrências em áreas ribeirinhas e preservação dos bens públicos utilizados nessas atividades.

A aquisição também se compatibiliza com o planejamento operacional da Secretaria, uma vez que visa equipar adequadamente duas embarcações, duas carretinhas rodoviárias e dois motores de popa, reduzindo riscos de paralisação das atividades, danos aos equipamentos e necessidade de contratações emergenciais futuras. Recomenda-se que a ausência da demanda no PCA seja devidamente justificada nos autos, com a adoção das providências cabíveis para inclusão, atualização ou regularização do planejamento, assegurando maior segurança administrativa, orçamentária e processual à contratação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição dos materiais permitirá à SEMEAGRO equipar adequadamente as embarcações, carretinhas rodoviárias e motores de popa utilizados em ações de fiscalização ambiental, apoio à Defesa Civil, monitoramento ambiental, suporte a áreas ribeirinhas e demais atividades institucionais, garantindo melhores condições de segurança, transporte, conservação e uso dos bens públicos.

A contratação também contribuirá para a proteção dos motores e embarcações contra intempéries, poeira, umidade e desgaste prematuro, além de reduzir riscos de avarias durante o transporte e a operação. Com isso, espera-se diminuir

custos futuros com manutenção corretiva, evitar paralisações das atividades e ampliar a vida útil dos equipamentos pertencentes à frota municipal.

Além disso, os itens pretendidos proporcionarão maior eficiência operacional às equipes da SEMEAGRO e da Defesa Civil Municipal, assegurando pronta resposta em situações emergenciais, melhor apoio às ações ambientais e maior preservação do patrimônio público. Dessa forma, a contratação atende ao interesse público ao garantir continuidade, segurança e efetividade aos serviços prestados pelo Município.

13. Providências a serem Adotadas

Após análise do PMS nº 47/2026, verifica-se que a demanda está bem motivada, especialmente quanto à necessidade de equipar as embarcações, carretinhas e motores de popa utilizados pela SEMEAGRO em ações de fiscalização ambiental, apoio à Defesa Civil, monitoramento ambiental e suporte operacional. Contudo, alguns pontos devem ser ajustados ou complementados antes da consolidação do Termo de Referência, a fim de evitar dúvidas na fase externa e problemas no recebimento dos materiais.

Recomenda-se juntar aos autos justificativa formal quanto à ausência da contratação no Plano de Contratações Anual — PCA, bem como adotar as providências cabíveis para inclusão, atualização ou regularização do planejamento.

Recomenda-se revisar a divisão dos itens em lotes, especialmente quanto ao Lote 03, que reúne óleo lubrificante, carrinho para motor e hélices, a fim de confirmar se o agrupamento não restringe a competitividade e se há justificativa técnica suficiente para manter os itens reunidos.

Recomenda-se detalhar melhor a compatibilidade das hélices com os motores de popa pertencentes à frota municipal, indicando, sempre que possível, modelo do motor, quantidade de estrias, diâmetro, passo e demais características necessárias para evitar fornecimento incompatível.

Recomenda-se revisar as dimensões indicadas para as capas de proteção dos motores de popa, especialmente para confirmar se as medidas previstas para motores de até 15 HP e até 30 HP estão coerentes com os equipamentos efetivamente utilizados pela SEMEAGRO.

Recomenda-se reforçar no Termo de Referência que as marcas indicadas são apenas referenciais, sendo admitidos produtos equivalentes ou superiores, desde que comprovem compatibilidade, qualidade, durabilidade e atendimento integral às especificações técnicas.

Recomenda-se prever tópico específico com as obrigações da contratada e da contratante, contemplando entrega no local indicado, responsabilidade por transporte e encargos, substituição de itens incompatíveis ou defeituosos, garantia mínima, conferência dos materiais e prazo para correção de inconformidades.

Recomenda-se esclarecer que, em cada contratação decorrente do procedimento, deverão ser indicadas a fonte de recurso e a modalidade de empenho correspondentes, conforme disponibilidade orçamentária e necessidade efetiva da SEMEAGRO.

Recomenda-se revisar integralmente a redação do PMS e dos documentos subsequentes, padronizando nomes dos itens, unidades de medida, siglas, marcas de referência, expressões técnicas e condições de fornecimento, para evitar ambiguidades ou interpretações divergentes na fase de disputa e no recebimento dos materiais.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação apresenta baixo potencial de impacto ambiental direto, por se tratar de aquisição de acessórios, equipamentos e materiais destinados ao transporte, proteção, conservação e manutenção de embarcações, carretinhas rodoviárias e motores de popa pertencentes à SEMEAGRO. Ainda assim, poderão ocorrer impactos indiretos relacionados ao descarte inadequado de embalagens, materiais plásticos, cintas danificadas, capas inutilizadas, peças metálicas, hélices substituídas e recipientes de óleo lubrificante.

Deverá ser observada especial atenção quanto ao armazenamento e utilização do óleo lubrificante náutico para motores de popa, a fim de evitar vazamentos, contaminação do solo, da água ou descarte irregular de embalagens e resíduos oleosos. Os materiais deverão ser armazenados em local adequado, protegido de intempéries e manuseados de forma segura, especialmente por serem utilizados em atividades próximas a rios, áreas ribeirinhas e ambientes naturais.

Como impacto ambiental positivo, a aquisição contribuirá para a conservação dos motores e embarcações, reduzindo o risco de falhas mecânicas, vazamentos, descarte prematuro de equipamentos e necessidade de substituições frequentes. Além disso, a adequada manutenção e proteção dos bens utilizados pela SEMEAGRO favorece a

continuidade das ações de fiscalização ambiental, monitoramento e apoio a ocorrências em áreas ribeirinhas, fortalecendo a atuação institucional em defesa do meio ambiente.

15. Apontamentos do Mapa de Riscos

Após análise do Mapa de Riscos, verificam-se como pontos mais sensíveis a compatibilidade técnica dos acessórios com as embarcações, carretinhas e motores existentes, a pesquisa de preços para itens náuticos especializados, a comprovação de equivalência dos produtos ofertados, o controle de qualidade no recebimento e os riscos críticos relacionados à segurança de guinchos, cintas e hélices.

Recomenda-se conferir previamente as especificações dos itens com os modelos de embarcações, carretinhas e motores existentes, especialmente quanto a dimensões, capacidade de carga, materiais, resistência e compatibilidade.

Recomenda-se reforçar a pesquisa de preços com fontes diversificadas e produtos tecnicamente equivalentes, evitando estimativa inadequada, sobrepreço, subpreço ou questionamentos na fase externa.

Recomenda-se exigir comprovação técnica dos produtos equivalentes ofertados, mediante catálogos, fichas técnicas, imagens ou documentação do fabricante, especialmente para capas, hélices, carrinhos, cintas e guinchos.

Recomenda-se estabelecer checklist de recebimento por item, verificando quantidade, qualidade, garantia, validade, identificação do fabricante, capacidade de carga e compatibilidade antes do aceite definitivo.

Recomenda-se impedir o uso de guinchos, cintas ou hélices que não comprovem segurança mínima, capacidade adequada e compatibilidade com os equipamentos da frota, considerando o risco de acidente, dano ao patrimônio público e responsabilização administrativa.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação mostra-se **viável com restrições**, considerando que a necessidade pública foi identificada, o objeto está definido e os quantitativos foram estimados com base na equipagem das embarcações, carretinhas rodoviárias e motores de popa pertencentes à SEMEAGRO.

Contudo, a continuidade do processo deverá observar o atendimento das recomendações registradas neste Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto à justificativa da ausência no PCA, complementação da pesquisa de preços, revisão da divisão dos lotes, confirmação da compatibilidade técnica dos itens e definição dos critérios de recebimento. Assim, a contratação poderá prosseguir, desde que sanadas as ressalvas apontadas, garantindo maior segurança jurídica, técnica e administrativa ao procedimento.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NICOLAS NISSOLA DIAS
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/PMJ/2026
Modelo de Proposta Comercial
(Em Papel Timbrado da Empresa)

Nome de Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:						
Bairro:						
Endereço:						
Município:		CEP:				
Estado						
Representante:		CPF:				
Telefone:		E-mail:				
Banco:		Agência:		Conta-corrente:		
Optante pelo SIMPLES: () SIM () NÃO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	SUB-TOTAL
1)					R\$	R\$

Valor total da proposta: R\$ xx (xx reais).

OBSERVAÇÃO: A PROPOSTA DEVERÁ CONTER AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME AS CONSTATE NO TERMO DEREFERÊNCIA.

DECLARAMOS que estão inclusas no valor da proposta todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

Prazo de validade da proposta: 90 (Noventa dias contados da sua abertura mínimo).

Prazo de entrega (execução): xx (xx) dias, contados do efetivo recebimento da ordem de fornecimento.

Condições de pagamentos: conforme edital e seus anexos.

Forma de entrega: Terrestre.

Local de entrega: CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA REQUISITANTE, conforme Termo de Referência.

Garantia Legal: Conforme art. 24, do CDC.

Outras Garantias: Conforme Contrato.

Local e data: de de 2026.

Assinatura do Representante Legal
CARIMBO CNPJ



ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/PMJ/2026
PROCESSO Nº 7025/PMJ/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /PMJ/2026

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, sediada à Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 – Setor 02, neste ato representado pelo (a) Assessor (a) de Expediente de Registro de Preço, Sr.(a) e as empresas qualificadas no Anexo Único desta Ata, resolvem **Registrar de Preços visando a AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS, PEÇAS E MATERIAIS NÁUTICOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 14.926/2023 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. **Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS, PEÇAS E MATERIAIS NÁUTICOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência (ANEXO I do edital).

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no **(ANEXO I)** deste instrumento.

3. ORGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA elaborado pelas Secretarias solicitantes, partes integrantes do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/PMJ/2026**.

4. DA ADESÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

4.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

4.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no

prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4.2. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

4.3. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO

4.3.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

5.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

5.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços.

5.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

5.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

5.5. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

6. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

6.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

6.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21

6.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

6.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

6.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

6.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

6.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

6.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

6.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

6.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.3.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

6.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. DO PRAZO

7.1.1. O fornecimento e a entrega do objeto contratado deverão ser efetuados no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, aplicável às empresas sediadas dentro ou fora do Estado, contados a partir do recebimento da respectiva **Nota de Empenho ou do Instrumento Contratual**, se houver. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde

que a solicitação seja formalmente justificada pela contratada, analisada e expressamente aceita pela Administração, nos termos da legislação vigente e mediante comprovação da necessidade, sem prejuízo do interesse público

7.2. FORMA DE ENTREGA

7.2.1. Os materiais deverão ser entregues no **Almoxarifado Central da Prefeitura de Jaru**, localizado na **AV. Antelno Costa Fraga Nº 2283 Jardim Novo Estado, Linha 605 - CEP.: 76890-000 Jaru/RO**. Fone: (69) 3521 4730, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, respeitando sempre o período de almoço das 11h30min às 13h30min, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo Almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.3. O recebimento definitivo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento provisório.

7.3.4. Em caso de materiais que precisam ser substituídos, o prazo para recebimento definitivo só será computado após a substituição dos materiais e poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere-se à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

7.4.1. O material fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

7.4.2. Os materiais deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

7.4.3. COMPATIBILIDADE DAS HÉLICES COM OS MOTORES DE POPA

As hélices a serem fornecidas deverão ser plenamente compatíveis com os motores de popa pertencentes à frota municipal da SEMEAGRO, sendo:

- I - Motor de popa 15 HP, marca Hidea;
- II - Motor de popa 30 HP, marca Anmax.

As hélices deverão atender, no mínimo, às seguintes características técnicas:

- a) fabricação em material resistente adequado ao uso náutico (ex.: alumínio naval ou equivalente);
- b) configuração compatível com motores de popa de 3 pás;
- c) dimensões aproximadas de diâmetro e passo (pitch) conforme especificado no Termo de Referência;
- d) sistema de fixação compatível com o eixo do motor.

O fornecedor deverá garantir a plena compatibilidade das hélices com os motores indicados, responsabilizando-se integralmente pela substituição do item, sem ônus à Administração, caso seja constatada incompatibilidade no momento da instalação ou uso.

Para fins de aceitação, a Administração poderá exigir a apresentação de catálogo técnico, ficha do fabricante ou declaração formal de compatibilidade emitida pelo fornecedor.

A Administração poderá, ainda, realizar verificação prévia da compatibilidade antes do recebimento definitivo do material.

O não atendimento aos requisitos de compatibilidade implicará recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

7.4.4. CAPAS DE PROTEÇÃO PARA MOTORES E EMBARCAÇÃO

As capas de proteção a serem fornecidas deverão ser compatíveis com os motores de popa e embarcações pertencentes à frota municipal da SEMEAGRO, devendo atender às condições de uso em ambiente externo e exposição a intempéries.

I - Capas para motores de popa:

- a) deverão ser compatíveis com motores de popa de até 15 HP e até 30 HP, considerando as dimensões e formatos dos equipamentos utilizados pela Administração;
- b) deverão ser confeccionadas em lona náutica, poliéster com revestimento em PVC ou material equivalente, com características impermeáveis;
- c) deverão possuir resistência à exposição solar (raios UV), poeira e umidade;
- d) deverão dispor de sistema de fixação adequado, podendo ser por elástico, cordão ajustável, velcro ou mecanismo equivalente, que assegure ajuste firme ao equipamento;
- e) poderão apresentar variação dimensional, desde que não comprometam a funcionalidade, proteção e adequação ao uso;
- f) poderão possuir forro interno ou acabamento acolchoado, desde que mantida a impermeabilidade.

II - Capas para embarcação:

- a) deverão ser compatíveis com embarcações de aproximadamente 6 metros de comprimento;
- b) deverão ser confeccionadas em material impermeável, resistente a raios UV e com tratamento antifúngico;
- c) deverão possuir sistema de ventilação ou respiro, visando evitar acúmulo de umidade;
- d) deverão garantir proteção contra poeira, chuva e exposição solar.

O fornecedor deverá garantir a compatibilidade das capas com os equipamentos utilizados pela Administração, responsabilizando-se pela substituição dos itens que não se ajustarem adequadamente, sem ônus à Administração.

Para fins de aceitação, a Administração poderá exigir a apresentação de catálogo técnico, ficha do fabricante ou imagem do produto ofertado.

A não conformidade quanto à funcionalidade, ajuste ou qualidade do material implicará na recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

7.4.5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO

O óleo lubrificante náutico deverá ser fornecido em embalagem original do fabricante, devidamente lacrada, sem indícios de violação ou reenvase.

A embalagem deverá conter, de forma clara e legível:

- I - identificação do fabricante;
- II - especificação técnica do produto (inclusive padrão exigido, como TC-W3, quando aplicável);
- III - tipo e aplicação do óleo;
- IV - data de fabricação e prazo de validade.

O produto deverá possuir, no momento da entrega, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total de validade remanescente, contado a partir da data de fabricação.

Não serão aceitos produtos com embalagem danificada, violada, sem identificação adequada ou com prazo de validade inferior ao estabelecido.

A Administração poderá recusar o produto que não atenda às especificações técnicas ou que apresente indícios de adulteração, sendo o fornecedor responsável pela substituição, sem ônus, no prazo a ser definido.

O descumprimento das condições estabelecidas implicará na recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

7.5. DA FISCALIZAÇÃO

7.5.1. A fiscalização do recebimento do(s) material(is) adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competendo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

7.5.2. A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

7.5.3. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração, conforme estatui o art. 3º, **inciso V**, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

8.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

8.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatório, observado o disposto no inciso IV do art. 15 do decreto municipal nº 14.926/2023;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatório na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29.

§ 4º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.4. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

9. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jarú, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SECRETARIA

10.1. Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar,

nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, ataindo a aplicação da multa prevista no tópico 11.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.11. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

12. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

12.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

12.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

12.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

12.4. Efetuar o pagamento à (s) contratada (s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

12.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13. DO CADASTRO RESERVA

13.1. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos no § 2º, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Municipal nº 14.926.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

14.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

14.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 14.926, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

14.5. Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações constantes do SRP digital, e o protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

Gerência Sistema de Registro de Preços.

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

(Representante / Nome / CNPJ)
Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO IV
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/PMJ/2026
TERMO DE COMPROMISSO
(Em Papel Timbrado da Empresa)

AO

PREGOEIRO (a) e EQUIPE DE APOIO,

Pelo presente, a empresa **x (razão social) x**, inscrita no CNPJ/MF nº **x (nº) x**, com sede administrativa na **x (endereço completo) x**, neste ato representado por **x (nome completo) x**, CPF nº **x (nº) x**, propomo-nos a entregar/executar o **x (objeto resumido) x** de que trata o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/PMJ/2026**, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS, e de acordo com os Quantitativos especificados no Edital e seus Anexos.

DECLARAMOS, sob as penas da LEI:

FATO SUPERVENIENTE

a) Que até a presente data, não existe **FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS** para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

ACEITAÇÃO DO EDITAL

b) Que examinamos o Edital e seus Anexos e **ACEITAMOS** todas as condições e exigências, em todas as fases da licitação.

FIRMAR CONTRATOS DELA ORIUNDOS

c) Que concordamos em **FIRMAR CONTRATOS** dela oriundos do objeto da licitação pelo (s) preços ofertados mantendotodas as condições.

EMPREGABILIDADE DE MENOR

d) Que não utilizamos em nosso funcional a mão-de-obra de **MENORES DE IDADE**, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal, em conformidade com a Lei Federal nº 9.854/99.

RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

e) Que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme previsto em lei e demais normativas aplicáveis.

DA CONCESSÃO DE USO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS

f) Que a empresa concorda com a publicação de todos os documentos enviados para habilitação no portal da transparência do município, sem quaisquer tarjas, rasuras e/ou métodos que impossibilitem a verificação do conteúdo dos referidos documentos, para que seja mantida a transparência das contratações do município de Jaru/RO.

EMPREGABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO

d) Que não existe, em nosso quadro de empregados, **SERVIDORES PÚBLICOS** exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

GRAU DE PARENTESCO

h) Que não possuo parentesco **consanguíneo** ou afim, **até 3º grau**, com quaisquer pessoas ligadas à PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU.

AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

i) Que os documentos contidos na habilitação são **AUTÊNTICOS**.

ENCARGOS, TRIBUTOS E DESPESAS INERENTES AO OBJETO

j) Que todos os **ENCARGOS**, despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas estão inclusos no preço ofertado.

INVIOLABILIDADE DAS EMBALAGENS E PRAZOS DE VALIDADES

k) Que as mercadorias serão entregues em **EMBALAGENS ORIGINAIS** e dentro do **PRAZO DE VALIDADE** de no mínimo **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de entrega, se outro não estiver especificado.

DA GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA

l) Que a empresa prestará garantia legal, no Estado de Rondônia, nos termos do Código do Consumidor, inclusive quanto à troca de produto e prestará a assistência técnica necessária e cabível ao objeto, sem custos adicionais.

Por ser expressão da verdade, firmo e assino o presente.

Local e data: de de 2026

Assinatura do Representante Legal
CARIMBO CNPJ



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP

A LICITANTE/DETENTORA DA ATA declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.

Em, / /2026

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

**ANEXO VI
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO**

(nome da pessoa física/jurídica) _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o n. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) do CPF n. _____, considerando o disposto no art. 7, inciso III, art. 14 inciso IV da Lei 14.133/21.

DECLARA, para todos os efeitos legais que:

1. não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):

a) cônjuge (s) ou companheiro (s) de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

b) cônjuge (s), companheiro (s) ou tenha parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Executivo, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório.

2. está ciente da vedação:

a) da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, ou com servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e

b) da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou diretores vinculados ao CONTRATANTE.

3. são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

Local e data: **de** **de 2026**

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)